



Marcelo Godoy email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoyooo

Lula e a ética da omissão

A política é um esforço tenaz e energético para atravessar grossas vigas de madeira.” A frase inicial do último parágrafo de *A Política como Vocação*, de Max Weber, expõe a síntese entre convicção e responsabilidade. O autor prossegue: “É perfeitamente exato dizer – e a experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível”.

Desde que assumiu a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva é acossado por integrantes da base petista e psolista em razão das políticas dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e

José Múcio (Defesa). Weber diz que perde seu tempo quem busca mostrar aos apegados à ética da convicção que suas atitudes não têm outro efeito senão o de fazer aumentar as possibilidades da reação. E, quando os atos praticados em razão das convicções revelam consequências desagradáveis, seus apoiadores não se sentem responsáveis – tudo é sempre culpa de quem se lhe opõem, sejam pessoas, classes ou instituições. Enfim, não é preciso reconhecer a política como tragédia para evitar a ação pautada apenas nas convicções.

Outro problema surge quando a responsabilidade é incapaz

de dizer como Lutero: “Detenho-me aqui; não posso agir de outro modo”. Na semana passada, a repórter Monica Gugliano informou que o Comando do

Quando a viúva de Rubens Paiva abraçou o general Cardoso, a República enterrou a ditadura

Exército não se opõe à recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Parte da transição da ditadura para a Nova República, a instalação da comissão criou uma

das mais fortes imagens políticas da história recente: o abraço entre Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, e o general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar do governo de Fernando Henrique Cardoso. Era 4 de setembro de 1995. Fazia mais de 20 anos que Eunice procurava saber o destino do marido, sequestrado e morto em 1971.

A desumanidade de Jair Bolsonaro e de seus acólitos via na tarefa de reparação às famílias em busca de seus mortos mera luta política. Então deputado, Bolsonaro chegou a dizer: “Quem procura osso é cachorro”. E exigir muito de quem não é coveiro compreender o signifi-

cado e a força de um cadáver inspetado. Ele não leu *Antígona*.

Lula e seu entorno parecem ter feito outra escolha: a omissão. Diante de convicções, alegam não querer confusões com os militares e, assim, não atravessam nem um simples graveto. À caserna, foi garantida a anistia; aos familiares, apenas a promessa dos corpos. Agora, nem isso. O escritor Marcelo Rubens Paiva contou o que seu filho, Sebastião, de 7 anos, escreveu em 31 de março no asfalto em frente à antiga sede do DOI de São Paulo: “Eu quero o corpo do meu avô”. Que mais é preciso dizer? ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quintzenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quintzenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • SAB. Carlos Andreazza • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Legislativo

Câmara ‘enforca’ 3 dias da semana; nº de sessões é o menor desde 2008

Sem atividades às segundas, quintas e sextas, deputados aproveitam e voltam para redutos em ano de eleições municipais

LEVI TELES
BRASÍLIA

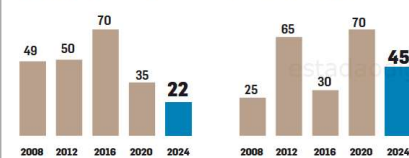
A Câmara registrou, entre fevereiro e abril, o menor número de sessões de votação nos últimos cinco anos de eleições municipais. Parte desse resultado se deve a uma prática que tem se tornado cada vez mais recorrente: não realizar atividades em Brasília às quintas-feiras para os congressistas anteciparem a volta para seus redutos. Neste ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixou de realizar sessões em dias próximos a feriados e até mesmo em datas em que normalmente o plenário da Casa deveria funcionar. Isso ocorreu em fevereiro, quando a Câmara teve sessão deliberativa em apenas um dia, na semana de abertura de trabalhos.

No começo de abril, deputados foram novamente liberados de suas funções em Brasília para tratar de questões envolvendo o fechamento do prazo de filiação partidária. A situação se repetiu no fim do mês, quando a Casa deixou de trabalhar por toda a semana,

CÂMARA

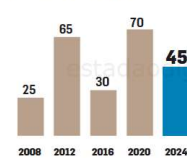
Ritmo de trabalho em ano de eleições municipais

Número de sessões*



*ENTRE FEVEREIRO E ABRIL

Matérias aprovadas*



INFOGRÁFICO: ESTADO

em razão do feriado de 1.º de maio, que caiu na quarta-feira. Ao todo, os deputados realizaram 22 sessões deliberativas ao longo deste ano. Em 2020, a Casa registrou 35 sessões de votação. Nos demais anos com disputas municipais, os números também foram maiores do que o verificado em 2024: 70 (2016), 50 (2012), e 49 (2008). Procurada, a Presidência da Câmara não respondeu.

Defensores do atual modelo apontam que, graças ao sistema que permite a votação remota, as deliberações das quintas, tradicionalmente reservadas a pautas consensuais, podem ser transferidas para terças e quartas. O deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR),

no entanto, afirma que ano eleitoral não é argumento para a Câmara votar menos. “O Parlamento não pode deixar de funcionar”, disse.

URGENTES. O cientista político Marco Antônio Carvalho Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, disse que, embora seja comum uma menor produtividade do Legislativo em ano eleitoral, a Mesa Diretora da Câmara poderia atuar para melhorar o rendimento. “O problema da baixa produtividade nesse período é algo que a Mesa Diretora poderia amenizar, dando prioridade a projetos urgentes ou coisas dessa natureza.” ●

Operação Stasis

PF mira aliados de Bivar por ameaças a chefe do União Brasil

PEPITA ORTEGA

Uma operação aberta ontem pela Polícia Federal investiga suspeita de ameaças ao presidente do União Brasil, o advogado Antônio Rueda. Entre os alvos da ofensiva havia duas pessoas ligadas ao deputado Luciano Bivar (União Brasil-PE), que foi derrotado por Rueda nas eleições do partido, no fim de fevereiro.

Procurado pela reportagem, Bivar não havia respondido até a noite de ontem.

Agentes fizeram buscas no interior do estado de Pernambuco, por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). As investigações tiveram início com a Polícia Civil do Distrito Federal e, posteriormente, foram remetidas à Corte e à PF.

A defesa de Rueda pediu ao Supremo que investigasse Bivar após um incêndio destruir duas casas de sua família, na Praia de Toquinho, em Ipojuca, na região metropolitana do Recife (PE), em março.

Após o episódio, Bivar foi apontado por aliados de Rueda como mandante dos incêndios. À época, o deputado negou qualquer ligação com o caso, qualificando as acusações como “ilações”.

No início de abril, a Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com a investigação e pediu ao Supremo que autorizasse diligências iniciais. O inquérito tramita no gabinete do ministro Kassio

Nunes Marques, sob sigilo. A investigação da PF se debruça sobre possíveis ameaças a Rueda, não sobre o incêndio.

BRIGA INTERNA. Rueda foi eleito presidente do União Brasil no dia 29 de fevereiro. Ele sucedeu a Bivar no cargo, mas o deputado contestou o resultado da disputa. Na ocasião, Bivar tentou até o último momento evitar que o advogado, de quem foi padrinho político, assumisse o cargo em seu lugar. O deputado publicou um edital que cancelava a convenção do partido, mas adversários dele aprovaram um recurso para garantir a realização do encontro que elegeu Rueda.

Partido dividido
Deputado Luciano Bivar contesta disputa que elegeu Antônio Rueda para o comando da legenda

Rueda teve apoio de nomes ligados ao antigo DEM, como o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, o líder do legenda na Câmara, Elmar Nascimento (BA), e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado.

A mudança no comando da sigla já havia sido definida no fim do ano passado, após uma série de embates internos. O União Brasil foi formado em 2022, a partir da fusão entre DEM e PSL, mas as duas alas nunca se acertaram. Bivar era presidente do PSL. ●